



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Relatório de Audiência

Dia: 15 de Abril de 2009

Hora: 10H30

N.º 116/X-4.ª

ENTIDADE: Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite, representada por João Vieira, Jorge Simões, Carlos Godinho, António Rodrigues e Hélder Viegas

ASSUNTO: Decreto-Lei que extingue o Arsenal do Alfeite e cria a Arsenal do Alfeite S.A. e suas consequências.

Recebida pelos Senhores Deputados Maria José Gamboa (PS), Helena Oliveira (PSD), José Alberto Lourenço (PCP) e Mariana Aiveca (BE)

Os requerentes da audiência começaram por explicar que, para além da transformação do Arsenal do Alfeite em S.A., a maior preocupação que têm prende-se com o pessoal porque, com a extinção do Arsenal do Alfeite, extingue-se o quadro de pessoal, abrindo-se a porta a situações de precariedade, conforme se infere do Artigo 3.º (Procedimentos relativos a pessoal) do Decreto-Lei n.º 32/2009, de 5 de Fevereiro, que estabelece o regime aplicável à extinção do Arsenal do Alfeite com vista à empresarialização da sua actividade. Isto para além de considerarem que se tratou de um erro político e técnico que poderá pôr em causa a manutenção da esquadra da Marinha e determinar um aumento de custos com a mesma manutenção pela nova organização, integrada na Empordef.

O Senhor Deputado José Alberto Lourenço (PCP), que considerou pertinentes as questões colocadas, fez notar que, como o Estado pretende reduzir custos com pessoal, retira, de uma assentada, um terço dos trabalhadores e contribui para a precarização do vínculo dos restantes dois terços. Isto para além de contestar a empresarialização.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) disse que, no caso do Arsenal do Alfeite, foi destruído um serviço público com muitas potencialidades, o que não decorre apenas da actuação do Governo do PS porque o não investimento vem de há uma década. Por outro lado, considerou que não há qualquer razão para se poder concluir que, com a sua privatização, o Arsenal do Alfeite será mais rentável. Daí que o BE esteja contra a constituição da sociedade Arsenal do Alfeite, S.A.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) constatou que, como a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública não dispõe de qualquer nível de informação a respeito da

situação dos trabalhadores do Arsenal do Alfeite, propunha desde já que, na sequência daquela audiência, fossem solicitados esclarecimentos ao Ministro da Defesa Nacional sobre se, designadamente, já foi feito algum levantamento do número de trabalhadores existentes, por que razão não foi feita a transição do quadro de pessoal, se a tutela tem dialogado ou não com a Comissão de Trabalhadores.

Respondendo aos pedidos de esclarecimentos formulados, pelos representantes da Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite foi dito que tinham agendado para o dia seguinte uma audiência com o Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar no decurso da qual esperavam clarificar as situações referenciadas.

Prosseguiram dizendo que, em sua opinião, as Forças Armadas Portuguesas não podem estar à mercê de empresas privadas, porque isso terá consequências na desregulamentação funcional, na desmotivação dos trabalhadores e no desmoronamento do Arsenal do Alfeite, com o desaparecimento da “função Arsenal”. Por outro lado, lembraram que, em 2007, o Arsenal do Alfeite obteve 800 000 € de lucro e chamaram a atenção para a importância da transmissão do *know-how* dos seus trabalhadores, deixando claro que muitos têm vontade de solicitar a reforma antecipada ou de enveredarem pela mobilidade especial.

A finalizar, dirigiram um convite a toda a Comissão para visitar o Arsenal do Alfeite.

A Senhora Deputada Helena Oliveira (PSD) disse ter ficado com uma ideia precisa e concisa do que se está a passar, sublinhando que, de acordo com as informações trazidas, num universo de 1180 trabalhadores, cerca de 150 estão em condições de poderem pedir a reforma antecipada.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) agradeceu o convite formulado, que transmitiria ao Senhor Presidente da Comissão, e propôs que, na sequência da reunião com a tutela, fizessem, de forma sucinta, o ponto da situação¹ àquela Comissão Parlamentar.

Foi deliberado remeter o presente relatório, para conhecimento, à Comissão Parlamentar de Defesa Nacional e pedir esclarecimentos ao **Ministro da Defesa Nacional** sobre a matéria nele exposta e na documentação anexa com vista a informar a Comissão a respeito da posição adoptada pelo Governo sobre a matéria apreciada.

¹ Efectivamente, em 22 de Abril, a Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite informou esta Comissão Parlamentar do resultado da reunião de 16 de Abril com o Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, na qual estiveram igualmente presentes o actual Administrador do Arsenal do Alfeite e o futuro Administrador da Arsenal do Alfeite, S.A., documento que se anexa ao presente relatório.

Palácio de São Bento, em 13 de Maio de 2009.

A DEPUTADA,

Maria José Gamboa

Anexo: Informação da Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite de 22 de Abril de 2009.



COMISSÃO DE TRABALHADORES DO
ARSENAL DO ALFEITE
ALFEITE, 2810-001 ALMADA
Telef: 210950800 ext: 2378
Mail: ct.aalfeite@gmail.com

Caros Deputados

Vimos por este meio informar da reunião concedida pelo Secretário de Estado da Defesa, a esta Comissão de Trabalhadores, no passado dia 16 de Abril:

Após termos enviado, no mês de Fevereiro, um ofício com cerca de trinta e oito questões, respeitantes às várias áreas que consideramos importantes para o futuro do estaleiro e para o futuro dos Arsenalistas, o Sr. Secretário de Estado, pasme-se, questionou a CTAA quais eram as questões que lhe queríamos colocar!

Da reunião ressaltam algumas ideias:

- Para o governo não há lugar para discutir:
 - A passagem do Arsenal do Alfeite a SA;
 - A integração na Empordef;
 - A transição do quadro de pessoal;
- Foi então questionado se a modernização do estaleiro vai ser feita à custa dos trabalhadores e dos seus postos de trabalho, à qual não foi obtida resposta.
- As questões referentes quer aos quantitativos de pessoal, selecção dos mesmos para a nova empresa e quais as áreas tecnológicas necessárias para o futuro, são remetidas para a nova Administração. De referir que a nova Administração mostrou interesse em discutir os assuntos da área social com a CTAA mas não tem ainda condições para o fazer.
- Numa visão puramente economicista, para o futuro da nova organização, continua-se a fazer referência ao facto do estudo para a “empresarialização” apontar para um quantitativo de cerca de 800 trabalhadores.
- É nossa opinião que e de acordo com o que tem sido prática na Administração Pública, o quadro privativo do Arsenal deveria, sem prejuízo para os trabalhadores e para a empresa, transitar para a Arsenal SA.
- Na opinião do governo não se vai proceder a uma reestruturação para que tudo fique na mesma. Recusou portanto a nossa proposta sem justificar a decisão.
- Quanto à antiguidade na carreira profissional e na Empresa remeteu para a nova Administração as decisões sobre essa matéria.
- O Administrador da AASA informou que neste momento ainda não estão definidos o organograma da Empresa, não sabe qual o quantitativo de trabalhadores necessários e portanto não está ainda definido que quadro de pessoal terá a nova Empresa.
- Confirmou também que não há ainda um plano de negócios mas que se está a avançar com um estudo.
- Foi mostrado interesse em manter a área de formação investindo por forma a rentabilizar este serviço vendendo formação para o exterior.
- Quanto à creche / jardim de infância confirmaram o interesse da Marinha quer nas instalações quer no pessoal, não confirmando se os trabalhadores vão ter o direito de preferência nas admissões. Os encargos serão suportados pela Marinha, pela AASA e pelos trabalhadores.
- Informaram também que o refeitório se irá manter mas será concessionado a uma empresa privada. As funcionárias transitarão para um quadro da Marinha ainda em estudo.
- Afirmámos a nossa convicção de que temos dúvidas quanto à nossa integração na EMPORDEF, por ser esta que definirá os conceitos estratégicos limitando a acção do estaleiro nos seus programas comerciais de na área da construção naval militar e civil. Os últimos acontecimentos e as posições da holding em relação aos estaleiros de Viana do Castelo confirmam as nossas dúvidas.

Sem outro assunto de momento, queremos desde já agradecer a vossa colaboração, com os nossos sinceros cumprimentos.

Arsenal do Alfeite, 22 de Abril de 2009

A Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite